



Tarifa da telefonia volta ao debate

(fotos Carlos Kilian)



Deputado Mota. Na foto maior, listas de abaixo-assinados levadas a Plenário no dia da votação

Moção apresentada pelo líder do PMDB, deputado Manoel Mota, na sessão plenária do dia 14, defendendo aprovação do Projeto de Lei nº 5476/01, de autoria do deputado Marcelo Teixeira (PMDB/CE) - que proíbe a cobrança da taxa de assinatura básica pelas empresas de telefonia fixa -, provocou novos embates entre parlamentares governistas e opositores. O documento será remetido ao presidente Lula, aos ministros José Dirceu, da Casa Civil, Aldo Rebelo, da Articulação Política, aos presidentes da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti (PP) e do Senado, Renan Calheiros.

No último dia 7, foi mantido o veto oposto pelo governo estadual ao projeto de lei de autoria do deputado Paulo Eccel (PT), com o mesmo teor da proposta federal. O parlamentar anunciou que vai protocolar o projeto novamente.

O veto, conforme análise do governo defendida pelos deputados da situação, atendeu ao que determina a Constituição Federal, já que a proposta do deputado petista contrariava a legislação federal, o que a tornava inconstitucional e passível de ações judiciais das empresas de telefonia no Estado.

Página 9

CPI da Escola Bolshoi

Procuradoria avalia continuidade

Acatando proposta do deputado Onofre Agostini (PFL), a Comissão de Constituição e Justiça solicitou à Procuradoria da Assembleia que se manifeste sobre a continuidade ou não da Comissão Parlamentar de Inquérito criada para investigar denúncias de irregularidades no Instituto Escola Bolshoi de Joinville.

O líder do governo, João Henrique Blasi (PMDB), defende o fim da CPI já que o fato determinante para a sua criação teria sido extinto com a decisão da Justiça Federal.

Página 5

Deputados discutem terceirização na Celesc

Página 4

Corte de pinus em Parque na capital debatido em audiência



Antropóloga Cinthia Creatini da Rocha, moradora do Rio Vermelho.

Página 7

Encerram seminários sobre Aquífero Guarani e Bacia do Rio Uruguai

Com os encontros realizados em São Lourenço do Oeste (14) e em Maravilha (15), o Fórum Permanente de Preservação da Bacia do Rio Uruguai e do Aquífero Guarani - rebatizado de Fórum das Águas -, presidido pelo deputado Pedro Baldissera (PT), encerrou o ciclo de seminários iniciado no ano passado, então sob a coordenação do deputado Sérgio Godinho (PTB). Este ciclo foi dedicado a levar à população catarinense o conhecimento e a situação do Aquífero Guarani - umas das maiores reservas subterrâneas de água doce do mundo -, e da Bacia do Rio Uruguai.

Ao todo, 14 municípios receberam a estrutura do fórum e com a participação de lideranças políticas, comunitárias, entidades ambientais, educadores e alunos das regiões visitadas aprofundaram discussões em torno de ações de preservação ambiental e da busca de soluções para problemas da degradação provocada pelo homem ao meio ambiente. Mais de 5 mil pessoas acompanharam os 14 encontros do Fórum. Nesta edição do *AL Notícias*, o leitor confere como foram os seminários realizados em Caçador e Videira nos dias 7 e 8.

Página 12

Plano Diretor: compromisso com o futuro

De acordo com o Ministério das Cidades, mais de 2 mil municípios brasileiros têm até outubro de 2006 para elaborar ou atualizar seus planos diretores. A medida é uma exigência do Estatuto da Cidade – Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – que trouxe novas regras para o desenvolvimento das cidades brasileiras, combinando uma nova forma de apropriação do espaço com uma distribuição mais justa dos benefícios e das desvantagens dos processos de urbanização. O Estatuto prevê a garantia do direito dos cidadãos a cidades sustentáveis, gestão democrática por meio da participação da população, cooperação entre os governos e, principalmente, o desenvolvimento planejado das regiões urbanas. Em Santa Catarina, cerca de 150 municípios devem adequar-se às exigências.

A elaboração do Plano Diretor deve ser vista como um primeiro grande passo na construção de um futuro sustentável e planejado para o país. Diante de um quadro em que 82% dos brasileiros vivem em cidades – ambientes em que problemas de moradia, saneamento e exclusão social se intensificam –, é fundamental discutir e buscar soluções para as carências da população que vive nesses espaços.

O Plano Diretor é uma lei que deve ser aprovada pela Câmara de Vereadores de cada muni-

cípio com participação ativa da comunidade. É um pacto estabelecido pelos administradores municipais com a população, após a discussão de problemas e a explicitação dos interesses divergentes ou conflitantes. É um acordo entre poder público, legisladores e sociedade, que têm por objetivo a construção de uma cidade melhor para as gerações futuras.

O Estatuto da Cidade estabelece que o interesse coletivo deve estar acima do interesse individual para que a terra urbana cumpra melhor sua função em benefício da sociedade. Associações, debates, audiências, conselhos, orçamentos participativos e projetos de lei são alguns dos instrumentos capazes de garantir a participação direta da comunidade no planejamento e na gestão de seu município. Trata-se de uma forma de assegurar que as decisões que interferem na cidade, na vida e no futuro de cada cidadão se mantenham, independentemente das mudanças de administrações municipais.

O Parlamento, como grande fórum democrático de discussão dos interesses catarinenses, vai participar ativamente deste debate, contribuindo com o processo de formulação dos planos diretores e de um futuro melhor para todos nós. É o futuro das cidades que está em debate e todos temos responsabilidades com este futuro.

Deputado Julio Garcia (PFL)

Não ao tarifaço!

Uma ampla campanha, em nível estadual, foi deflagrada pela Bancada do PP (Partido Progressista) na Assembleia Legislativa. Trata-se da mobilização “Todos contra o tarifaço”, que exorta os catarinenses a que pressionem seus representantes em seus municípios e no Legislativo Estadual para derrubar o abusivo aumento das taxas de serviços públicos. O PP está enviando formulários de abaixo-assinados aos prefeitos, vereadores e outras lideranças locais, além de empresários e entidades sindicais, para que se engajem nessa luta, que é de todos nós.

Respeitamos o posicionamento de cada um dos 39 parlamentares, mas na apreciação do projeto de lei governamental que criou as taxas nós votamos contra, por entender que a nossa população já não suporta mais aumentos de tributos e taxas. Vale recordar que o funcionalismo estadual, em 2004, teve 1% de aumento (teve abono, mas este não incorpora-se ao salário) e os inativos passaram a descontar 11% para a Previdência Social. Já as taxas dos diferentes tipos de serviços (cerca de 150) chegaram em 2005 com uma volúpia surpreendente. Aliás, a data da vigência dessas taxas é motivo de outra polêmica. Aprovadas no ano passado, o *Diário Oficial do Estado*, que publica o texto oficial da lei na sua última versão (já que foi

corrigida), circulou apenas no dia 12 de janeiro. Ou seja, contrariando o dispositivo constitucional que estabelece que, no caso de reajuste de tributos e taxas, os novos valores precisam ser definidos (fixados, publicados e levados ao conhecimento público) no exercício anterior à vigência. Como o *Diário Oficial* circulou quase na metade de janeiro, o PP ingressou com ação direta junto ao Tribunal de Justiça pedindo o cancelamento da majoração das taxas. Ao mesmo tempo, a Bancada encaminhou, nesta Casa, projeto de lei buscando a revogação da lei, cessando seus efeitos para o próximo exercício.

A lista de taxas majoradas é extensa, mas, a título de ilustração, vale lembrar que antes o cidadão não pagava para solicitar a primeira via da Carteira de Identidade, por exemplo. Agora, terá de pagar R\$ 11 para fazer a carteira e, para pedir a segunda via, mais R\$ 18. A emissão do Certificado de Licenciamento Anual para carros, motos e caminhões passou de R\$ 13 para R\$ 41, um aumento de 215%. A média de aumento de todas as taxas fica entre 27% e 31%, mas há casos em que a majoração vai além dos 300%. É preciso que o Poder Público conheça os seus limites, e nada melhor do que a sociedade organizada para mostrar onde termina o razoável e começa o abuso.

Deputado Joares Ponticelli (PP)

Ex-deputado lança livro

O ex-deputado estadual e ex-prefeito de Chapecó, Pedro Uczai (PT), lançou o livro *Chapecó, uma cidade transformada*, no último dia 6, na Assembleia Legislativa. Uczai é o organizador do livro e também autor do segundo capítulo, intitulado *Congresso da Cidade: Planejando o Futuro de Chapecó*. Neste trecho da obra ele conta a experiência que coordenou quando era prefeito ao projetar um planejamento a médio prazo para a cidade de Chapecó de uma forma democrática e participativa. “Técnicos de diversas áreas e também a população ajudaram a fazer

este planejamento. Chapecó foi a primeira cidade catarinense a ter um planejamento a médio prazo com a participação da população declarada.

Pedro Uczai também aproveitou a solenidade para divulgar o livro *Dom José Gomes, Mestre e Aprendiz do Povo*, do qual também foi organizador e um dos escritores. O livro já havia sido lançado oficialmente em Chapecó, no ano passado. Dom José Gomes foi bispo da Diocese de Chapecó e destacou-se por estar sempre envolvido com lutas e movimentos sociais. (MAP)

Agenda

Dia 18, 14 horas – Comissão de Trabalho e Serviço Público – Audiência pública para tratar de demissões de servidores e dirigentes sindicais da Regional de Tubarão da Cidasc.

Local: Plenário

Dia 18, 19 horas – Lançamento do livro *Combustíveis Automotivos – Manual dos Usuários e Postos Revendedores*, de Paulo Boamar

Local: Hall da Assembleia Legislativa

Dia 19, 8h30min – Jornada Catarinense pela Infância e Adolescência Protegidas

Local: Clube Recreativo 7 de Setembro - Palhoça

Dia 19, 9 horas – Comissão de Justiça - Audiência pública sobre a modificação dos prazos de pagamento das custas judiciais

Local: Sala de Imprensa

Dia 19, 10 horas – Comissão de Saúde – Audiência pública sobre a implementação da Lei nº 13.334, de 10 de março de 2005, que cria o Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais.

Local: Plenário

Dia 19, 15h45min – Visita do embaixador da Itália, Micheli Valensise.

Local: Gabinete da Presidência

Dia 19, 19 horas – Sessão solene em homenagem ao jornalista Horácio Antônio Braun.

Local: Plenário

O Leitor

oleitor@alesc.sc.gov.br

Pergunte ao deputado

pergunteaodeputado@alesc.sc.gov.br

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Julio Garcia (PFL)

1º Vice-Presidente: Herneus de Nadal (PMDB)

2º Vice-Presidente: Djalma Berger (PSDB)

1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PP)

2º Secretário: Pedro Baldissera (PT)

3º Secretário: Valmir Comin (PP)

4º Secretário: José Paulo Serafim (PT)

Conselho Editorial: Cármen Leite Rovira, Cleia Maria Braganholo, Maria Ivonete Lessa, Mirela Maria Vieira e Rubens Vargas

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Maria Ivonete Lessa

Edição: Cleia Maria Braganholo e Mirela Maria Vieira

Coordenadora: Cármen Leite Rovira

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Marise Ortiga Rosa, Rose Mary Paz Padilha, Mirela Maria Vieira, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita, Carlos Agne, Graziela May Pereira, Denise Arruda Bortolon, Magda Audrey Pamplona e Tatiani Magalhães

Assessores de gabinete: Acácio Martins, Adilson Costa, Alex Santori, Ana Maria Baggio, Ana Zandavalli, Andréa Leonora, Celso Rodriguez, Celso Rosa, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Davi Etelvino, Emanuelle Torres, Estevo Dereck, Felipe Nunes, Fernando Mattos, Iran Rosa Moraes, Ivan Pimentel, J Pacheco, Jandyr Corte Real, Júlio Cancellier, Kélen Bardini, Leonardo Lorenzetti, Luciana Pons, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandra Costa, Luiz Carlos Padilha, Luiz Hercílio Stefanies, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Mário A. Henrique, Milton Alves, Moisés Madeira, Nara Cordeiro, Nikolas Stefanovich, Pedro Schmitt, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Sergio Sacht, Ula Weiss, Valmir Matos, Vinicius Hamagushi, e Vitor Santos

Relações Institucionais: Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn, Stela Martins e Luciano de C. Oliveira

Revisão: Verlaine Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Bruno Corrêa da Silva e Karina Azevedo das Neves

Expedição: Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid e Simone Marçal Alves

Estagiários Progr. Antonieta de Barros: Suelen Regina Hilário e Rodrigo César de Araújo

Impressão: Diário Catarinense

CEF faz anúncio durante visita

(foto Alberto Neves)



Deputados Vanio dos Santos, Julio Garcia e o presidente da CEF

O presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Matoso, acompanhado do deputado Vanio dos Santos (PT), visitou na manhã de terça-feira, 12, o presidente do Legislativo catarinense, Julio Garcia (PFL), com quem viajou em seguida para Criciúma, onde a instituição financeira inaugurou a agência do Rio Maina, a terceira no município. Na ocasião, também lançou o programa Caixa Internacional, que permite o envio de remessas para o Brasil por brasileiros residentes no exterior.

"Criciúma é a segunda cidade brasileira com maior número de brasileiros residentes fora do país - a primeira é Governador Valadares (MG)", comentou Matoso. Segundo Vanio, estima-se que cerca de 25 mil a 30 mil pessoas do sul catarinense residam na costa les-

te dos Estados Unidos, em cidades próximas a Boston. "Por isso, juntamente com a inauguração da agência, vamos apresentar esse novo produto da Caixa que permite a remessa de recursos dos brasileiros com menores taxas e com a garantia de segurança e rapidez do serviço", observou.

Para o presidente da Assembleia, este é um novo ser-

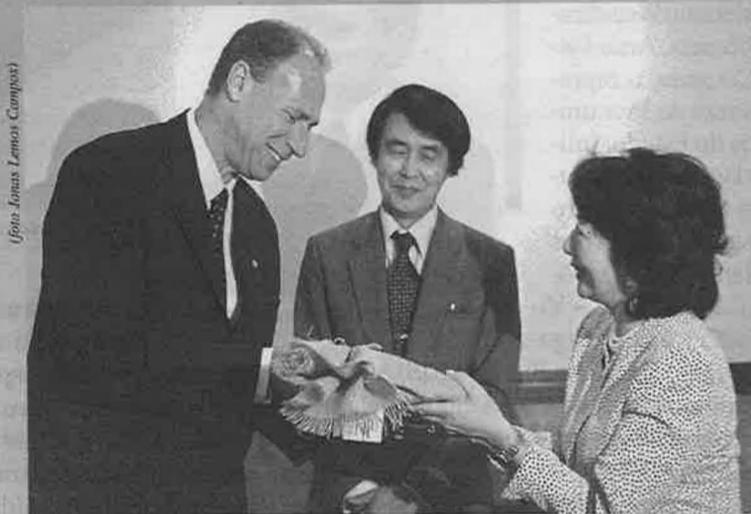
viço que possibilitará tranquilidade para os brasileiros, especialmente aqueles do sul catarinense que residem no exterior, no envio de valores aos seus familiares. "É um produto muito importante. Milhares de catarinenses oriundos do sul do Estado mandam recursos para suas famílias e, com a iniciativa da Caixa, agora podem contar com maior segurança e menores taxas", assinalou Garcia. (CA)

Embaixador do Japão na Alesc

A intenção de aprimorar as relações entre Santa Catarina e o Japão foi reforçada na manhã de quinta-feira (14), durante visita protocolar do embaixador do Japão, Takahiko Horimura e comitiva, ao primeiro vice-presidente, deputado Herneus de Nadal (PMDB). As relações bilaterais entre o Brasil e o Japão têm mais de 100 anos e a intenção daquele país é aumentar os laços comerciais com Santa Catarina.

Para Herneus, o Estado

tem muito o que aprender com o Japão, que presta ensinamentos ao mundo produtor. "Nós, que somos um país emergente, cada dia mais nos integramos com as grandes potências mundiais, como é o caso do Japão, para fomentar nossa economia", destacou. Com a atenção voltada à área de infraestrutura, o embaixador disse que Santa Catarina tem alta qualidade de mão-de-obra, recursos humanos e infraestrutura. (RMPP)



Herneus de Nadal recebe presente protocolar da comitiva japonesa

Vereador é homenageado



Deputada (ao centro) entregou placa a Alceu durante sessão plenária

O vereador de Florianópolis, Alceu Nieckarz (PL), foi homenageado com uma placa pela deputada Odete de Jesus (PL), durante a sessão ordinária de quarta-feira (13). A homenagem deve-se ao reconhecimento do trabalho desenvolvido pelo vereador na Igreja Universal do Reino de Deus, em Santa Catarina. O vereador é bispo desta igreja e foi seu fundador no Estado. Após a homenagem, a deputada reforçou o convite para a inauguração da Catedral da Fé, ocorrida à noite. "O presidente da Assembleia, deputado Julio Garcia (PFL), já confirmou sua presença", anunciou.

A deputada lembrou o discurso que fez ontem (12), na ses-

são plenária, quando explicou que a Catedral da Fé foi construída apenas com recursos provenientes do dízimo e de contribuições espontâneas dos fiéis. "Pois há uma lei que impede que os templos recebam ajuda financeira do governo", explicou. Ela ainda relatou o número de empregos gerados com a obra, em número de 120.

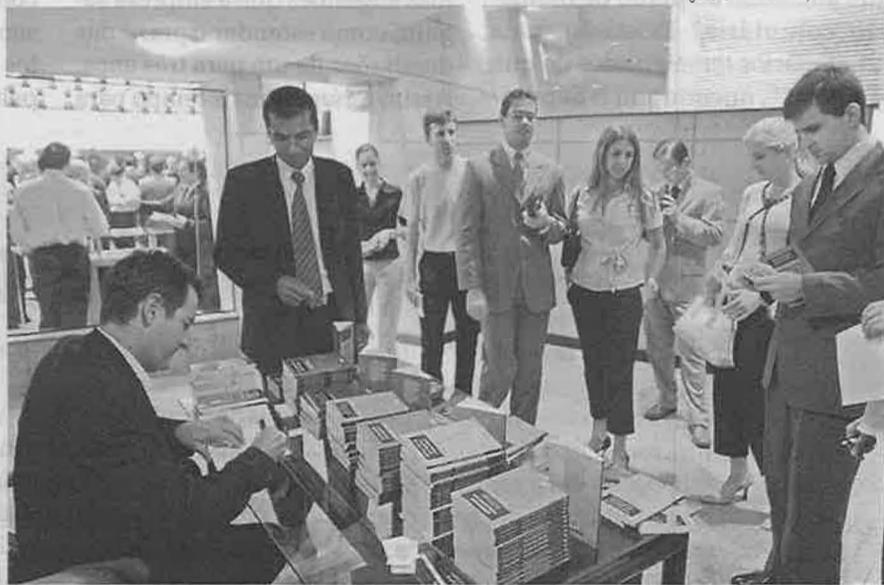
Odete também citou alguns dos trabalhos desenvolvidos pela igreja. "A Universal faz trabalho de auxílio espiritual e também atividades para manter os jovens longe da violência e das drogas. Também temos programas de televisão e rádio, levando palavras de vida a quem precisa." (MAP)

Coleção "Alicerce Jurídico"

(foto Carlos Kilian)

Tema polêmico, tratado insistentemente pela imprensa e pouco compreendido pela população, a imunidade parlamentar recebe agora uma abordagem crítica do professor universitário Jorge Krieger, num dos livros lançados na noite do dia 13, no Espaço Cultural da Alesc. A obra, *Imunidade Parlamentar*, integra a Coleção Alicerce Jurídico, da Editora Obra Jurídica, que conta ainda com os títulos *Temas Atuais de Direito Tributário* e *Tributação do Provimento de Acesso à Internet*, de André Prade, *Sociologia Juspolítica*, de Gilberto Callado, *O Princípio da Competitividade na Licitação Pública*, de Pedro Niebühr, *Mandado de Segurança*, de Daniele Ballock e Marlon Grafe, e *Serviços Sociais Autônomos*, de Lourenço de Bem.

Imunidade Parlamentar tem o objetivo de esclarecer aspectos inerentes ao conceito que surgiu como garantia de autonomia do Poder Legislativo na democracia moderna. "Há uma



Jorge Krieger autografa uma das sete obras da coleção lançada na Assembleia

grande dúvida entre imunidade e impunidade entre o cidadão leigo, provocada pelo próprio Parlamento. Com a aprovação pelo Congresso Nacional da Emenda Constitucional nº 35, de 20 de dezembro de 2001, houve uma relativização do conceito de imunidade parlamentar. No livro, eu apresento as alterações feitas no Artigo 53 da Constituição Federal, que trata do tema", afirma Krieger.

Além dos conceitos e da

abordagem crítica, o autor também apresenta um histórico da evolução desse instituto, que surgiu na Inglaterra após a Idade Média e foi aperfeiçoado no processo de realização da Revolução Francesa, a partir de 1789. No âmbito nacional, a imunidade de vereadores, senadores e deputados estaduais e federais é comentada desde a Constituição de 1937 até as alterações provocadas pela Emenda de 2001, sem esquecer das cartas magnas de 1946, 1967 e 1988. (RV)

Audiência avalia problemas na Celesc

(foto Jonas Lemos Campos)

A situação do quadro de funcionários da Celesc foi tema de audiência pública realizada pela Comissão de Trabalho na tarde do último dia 7. O requerimento foi do deputado Paulo Eccel (PT). Participaram do evento o presidente da empresa, Carlos Schneider, o presidente do sindicato Sinergia, Arno Veiga Cougner, o representante da Procuradoria do Estado, Juliano Dossena, o deputado federal Mauro Passos (PT), além dos parlamentares Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), o líder do governo, João Henrique Blasi (PMDB), e Vanio dos Santos (PT). A Comissão é presidida pelo deputado Afrânio Boppré (PT).

Dos atuais 6 mil funcionários, apenas 3 mil são efetivos na empresa, sendo que os demais são terceirizados ou estagiários", informou Eccel. "Como ficará o quadro de funcionários da empresa após a saída dos trabalhadores que aderiram ao plano de demissão voluntária? Existirão mais funcionários terceirizados do que efetivos?", questionou o deputa-



Schneider, presidente da Celesc

Mauro Passos disse que terceirização preocupa

do, cobrando a direção da Celesc a garantia de realização de concurso público. Mauro Passos ressaltou que a audiência não é uma atitude contra a Celesc, mas para discutir saídas para os atuais problemas.

Investimentos - Carlos Schneider relatou que foi contratada uma empresa de consultoria para avaliar o programa de demissão voluntária e fez algumas sugestões que a empresa seguiu, como estender o prazo das demissões de um para três anos. Assim teríamos mais tempo para

a contratação de pessoal. Em 2004, já realizamos um concurso público e 232 novos funcionários foram contratados. Estamos estudando a possibilidade de fazer um outro concurso, ainda neste ano, para a contratação de engenheiros e despachantes", afirmou.

Entretanto, para Arno Veiga Cougner as resoluções não solucionam o problema. "Nossos eletricitas estão sendo obrigados a fazer mais de 200 horas extras por mês para dar conta do recado. O atendimento está sendo prejudicado também nos postos de atendimento ao consumidor, pela falta de pessoal", disse.

Questionamentos

O deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão, indagou de Carlos Schneider presidente da Celesc, sobre o projeto de lei, que dispõe sobre a desverticalização da empresa, que era para ter sido enviada para a Alesc ainda em 2004. Outra preocupação de Vieirão é se o interesse do governo é que a Celesc continue como de economia mista. Ele ainda reclamou da falta de comunicação entre a empresa e o consumidor, ao contar que não conseguiu contato com a emergência num domingo. Indagou ainda sobre a falta de medidores e o número de funcionários e efetivos e terceirizados lotados na empresa.

Sobre o projeto de desverticalização, João Henrique Blasi respondeu que o projeto chegará em breve. O líder do governo ainda enfatizou que os concursos públicos estão sendo realizados. "No último concurso realizado nenhum engenheiro foi aprovado e, portanto, as vagas não puderam ser preenchidas." Sobre a falta de pessoal, o presidente da Celesc esclareceu que com o sistema de demissão incentivada houve a perda de bons funcionários para a empresa, que em 2004 tinha 3.617 efetivos e 2.060 terceirizados.

Ministério - Blasi também pediu maior mobilização para que a ministra de Minas e Energia, Dilma Roussef, não acabe com as empresas estatais do setor de eletrificação. Vanio dos Santos mostrou-se preocupado com as privatizações e afirmou que a empresa pública garantem a estabilidade de emprego. "Ainda ontem tentávamos derrubar um veto que objetivava o fim da cobrança da assinatura nas faturas telefônicas. Esse é um exemplo do que a privatização gera. Não queremos que aconteça isso com a Celesc, pois estamos em sua defesa", comentou.

Schneider explicou que o processo de compra é feito através de licitações. Muitas vezes, os produtos não são os que precisamos, outras vezes os preços estão fora dos nossos padrões. Estamos com a situação praticamente sob controle. Esta não é a primeira e nem será a última vez que isso acontece." (TK/DAB)

Educação discute demissões

A demissão de serventes e merendeiras contratadas pelas APPs (Associações de Pais e Professores) das escolas estaduais, anunciada para o próximo mês de maio, conforme documento encaminhado pelo Sinte (Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino de Santa Catarina), deverá ser discutida com a Comissão de Trabalho e Serviços Públicos e com a Secretaria Estadual da Educação. O encaminhamento foi proposto na reunião da manhã de quarta-feira (13), durante análise do assunto pela Comissão de Educação, presidida por Romildo Titon (PMDB).

O documento do Sinte - apresentado pela deputada Ana Paula Lima (PT), vice-presidente da Comissão -, solicita providências do Legislativo estadual para evitar a

demissão. O sindicato quer a realização de concurso público.

A deputada Simone Schramm (PMDB) informou que o atual vínculo com as APPs é ilegal, o que já ocasionou diversas ações trabalhistas e classificou de positivas experiências de terceirização que conheceu em São Paulo.

Para o deputado Celestino Seco (PP), há necessidade de discutir o assunto em conjunto com a Comissão de Trabalho, presidida por Afrânio Boppré (PT), e com a presença de representantes do Sinte, da Secretaria Estadual da Educação e das empresas prestadoras de serviços. "Se o caminho for a terceirização, é preciso ver se há condições legais para absorver essas pessoas. A experiência com servidores efetivos não deu certo".

Por outro lado, a deputada Ana

Paula declarou que, em Blumenau, a experiência do concurso público é boa. "As merendeiras são efetivas, têm turno de seis horas e garantias para exercer a atividade".

IEE - Outro encaminhamento dado pela Comissão relaciona-se às denúncias de irregularidades no Instituto Estadual de Educação. O presidente Titon designou a deputada Simone para analisar documentos trazidos pelo deputado Paulo Eccel (PT) e apresentar parecer à Comissão para providências. Segundo o autor do documento, Sidney Schiante, que é pai de aluno, entre as irregularidades estão o calendário escolar, em desacordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, falta de transparência no processo de acesso às vagas no estabelecimento de ensino e problemas no conselho deliberativo. (RMPP)

Projeto aprovado

A Comissão de Legislação Participativa criada no ano passado e presidida pelo deputado Francisco de Assis (PT) aprovou, no último dia 6, proposta de projeto de lei encaminhada pela Associação de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros de Santa Catarina. O objetivo é a promoção e o reconhecimento da liberdade de orientação, prática, manifestação, identidade e preferência sexual através, entre outras coisas, da criação de delegacias especializadas no atendimento a pessoas deste segmento social. A proposição foi encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça para ser apreciada.

A mesma matéria também tramitou no Congresso Nacional e foi aprovada em comissão similar à de Legislação Participativa. Podem encaminhar propostas a esta Comissão as associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades da sociedade civil, exceto partidos políticos. Dos sete deputados da Comissão, cinco estiveram presentes: o presidente Francisco de Assis, Mauro Mariani (PMDB), Antônio Aguiar (PFL), Afrânio Boppré (PT) e Francisco Küster (PSDB). (MAP)

Parecer jurídico decide continuidade de CPI

(fotos Solon Soares)

A CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), presidida na ocasião pelo deputado Celestino Secco (PP), aprovou na reunião da manhã de quarta-feira (12) o encaminhamento do deputado Onofre Agostini (PFL), solicitando manifestação da Procuradoria Jurídica da Assembléia sobre a continuidade ou não da CPI que investiga denúncias sobre o Instituto Escola Bolshoi do Brasil, de Joinville. O pedido feito pelo líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), é para que a CPI seja encerrada, uma vez que o fato determinado para sua criação foram as denúncias do Ministério Público acerca de irregularidades, em contratos de patrocínios. As denúncias foram rejeitadas pelo juiz da 4ª Vara Federal de Joinville, Marcos Hideo Hamasaki.

Fato - Para Agostini, a existência da CPI é um fato liquidado. A incerteza é se há sustentação jurídica para sua continuidade. Blasi também reforça que as dúvidas são quanto ao aspecto jurídico da existência do fato determinado que justifique a existência de uma CPI. O deputado Vanio dos Santos (PT) rechaçou a responsabilidade de uma decisão pela Procuradoria Jurídica. "Não vamos transferir aos outros

uma responsabilidade que é nossa. A questão será determinada pelas posturas políticas", defendeu. Vanio lembrou que a Procuradoria Jurídica emitiu parecer pela inconstitucionalidade da criação do Fundo Social, matéria aprovada em Plenário e agora questionada na Justiça pelas bancadas do PT e PP, com decisão liminar do Tribunal de Justiça, reconhecendo que a lei é parcialmente inconstitucional.

O líder do PP, deputado Joares Ponticelli, criticou o que classifica de "manobras governistas" para tentar fulminar a CPI. "Não entendo tamanho empenho do governo. Primeiro, demoraram quase 30 dias para indicar um representante do PMDB. Depois houve proteção para escolher o presidente e o relator. O governador inclusive escalou um adversário político para cuidar pessoalmente do caso. Tem algo a esconder, senão não haveria esforço tão grande para o seu fim", comentou Ponticelli.

Blasi lembrou que o juiz fe-



CCJ aprovou proposta do deputado Onofre Agostini

deral rejeitou a denúncia elaborada em 56 páginas porque as acusações foram obtidas com provas unilaterais e as informações sobre o processo foram vazadas, quando deveriam correr em segredo de Justiça. "Existem fatos gravíssimos, mas não por parte deste governo", contrapôs. (SD)

Escola comemora arquivamento de projeto

A comunidade escolar de Palhoça, presente na reunião de terça-feira (12) da CCJ, comemorou a aprovação do parecer do líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB) pelo arquivamento do Projeto de Lei nº 466/02, de autoria governamental, que autorizava a doação de imóvel para implantação de terminal rodoviário naquele município. Numa parte da área está instalada a Escola Básica Governador Ivo Silveira.

Segundo Blasi, a matéria foi enviada ao Parlamento em 3 de dezembro de 2002, atendendo pedido do prefeito de Palhoça, que em troca da doação comprometeu-se a edificar um ginásio de esportes com capacidade para 2 mil pessoas, instalar lixeira para atender a demanda da, construir guarita para abrigar a segurança e um muro de contorno para separar a escola do calçadão e do terminal rodoviário, além de colocar uma caixa de areia para a prática de salto em altura. A proposta acabou sendo arquivada naquela oportunidade. Em 2003, novamente os autos da matéria foram arquivados. Em 24 de fevereiro deste ano, a proposta foi desarquivada por requerimento do



Blasi concluiu que doação era contrária à legislação, deixando comunidade escolar aliviada

próprio Blasi, também designado para relatá-la.

Estatuto - Analisando os diversos documentos relacionados ao caso, o peemedebista concluiu que a proposta contraria o decreto referente aos estabelecimentos de ensino e contraria o Estatuto da Cidade. "Um terminal rodoviário não é um empreendimento compatível com uma unidade escolar, de modo que não pode ficar localizado

nas cercanias, não só em virtude do excessivo barulho e da emissão de poluentes, mas porque nele circulará todo tipo de pessoas, o que certamente é nocivo para um ambiente educacional, além de se tratar de uma área localizada no centro do município de Palhoça, o que trará prejuízos ao equilíbrio urbano da região, face a falta de infra-estrutura para obra deste porte", argumenta o deputado em seu relatório. (SD)

Custas judiciais serão tema de audiência

Representantes da OAB/SC, dos oficiais de Justiça e do Tribunal de Justiça serão ouvidos em audiência pública solicitada por requerimento do deputado Paulo Eccel (PT), no próximo dia 19, para a discussão do Projeto de Lei Complementar nº 6/05, de origem do Poder Judiciário, conforme deliberação da Comissão de Constituição e Justiça.

A proposta modifica o prazo de pagamento das custas judiciais e é relatada pelo deputado Onofre Agostini (PFL). Ele acrescenta dispositivo que autoriza o repasse mensal de R\$ 1.080 do Fundo de Reaparelhamento da Justiça, para ressarcimento de despesas efetuadas pelos oficiais de Justiça em diligências de defesa pública. O projeto do Judiciário autoriza ao TJ repassar à OAB, no biênio 2005/2006, 18% das custas judiciais até o limite de R\$ 6 milhões. Em voto vista, o deputado Sérgio Godinho (PTB) apresentou parecer semelhante ao de Agostini, inclusive no valor, apenas usando unidade de referência diferente. Os deputados Joares Ponticelli (PP) e João Henrique Blasi (PMDB) aprovaram o encaminhamento feito pelo pefelista.

Para o petista Paulo Eccel, que considerou muito inteligente a proposta de Agostini, o problema é que a proposição terá de antecipar em 100% o pagamento das custas judiciais, prejudicando o jurisdicionado e até colocando uma barreira de acesso à Justiça. "Isso nos causa preocupação", resumiu Eccel. Blasi, líder do governo, garantiu que não haverá aumento das custas, mas apenas antecipação da parte final. (SD)

Destino de araucárias ainda indefinido

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

A posição do Ibama em cumprir sentença da Vara Federal de Lages, determinando o levantamento de embargo de cerca de 1.100 araucárias para corte e a multa recebida por uma empresa madeireira no município de Paineira, na Região Serrana, polemizaram a reunião da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, presidida pelo deputado Sérgio Godinho (PTB), na manhã de quarta-feira (13). A discussão resultou no encaminhamento do assunto para análise pelo superintendente regional do órgão federal, Luiz Hernesto Trein, que admitiu a possibilidade na cessão do produto para ser usado na construção de casas populares.

A reunião foi realizada, conforme salientou Godinho, para encontrar uma solução para as araucárias derrubadas pelo vendaval que ocorreu em fevereiro de 2003. As árvores foram transportadas pela prefeitura de Paineira e depositadas junto a uma madeireira e estão à mercê da ação do tempo, prestes a apodrecer e ficar sem utilidade. De acordo com Godinho, um termo de ajustamento de conduta foi firmado entre Minis-



Trein: Fatma deve assumir sua parte

tério Público, prefeitura, madeireiros e Fatma, em dezembro de 2003, para o aproveitamento das araucárias que foram derrubadas pelo vento e, mesmo convidado, o Ibama não compareceu. Em junho de 2004, fiscais do órgão autuaram e embargaram a madeireira e a madeira. No mês seguinte, o Ministério Público Federal pediu a liberação das árvores e, em agosto, a Justiça determinou o fim do embargo, mas o Ibama manteve as multas e não permitiu o corte das araucárias.

Mostrando-se indignado com a convocação para prestar esclarecimentos perante a Comissão, além de sentir-se constrangido pela falta de tempo hábil para analisar o assunto, Trein disse que o Ibama atendeu à Justiça, levantando o embargo contra a madeireira, e apenas não permitiu o corte.

“São processos distintos e cada auto de infração pode resultar em três processos. Mas, se acham que o Ibama é moroso, sugiro aos parlamentares que sensibilizem o governo estadual para que estructure a Fatma, para que cumpra suas funções. Sem isso, nosso órgão fica sobrecarregado de tarefas que não são nossas”.



Comissão questionou e ouviu explicações do representante do Ibama durante quase duas horas

Atalho será estudado

Por sugestão dos deputados Nelson Goethen (PFL), Reno Caramori (PP), Simone Schramm (PMDB) e Ana Paula Lima (PT), a Comissão solicitou ao superintendente do Ibama empenho para a liberação das árvores que vão beneficiar famílias carentes com casas populares, em Paineira. “Quero deixar claro que o ajustamento de conduta feito não tem base legal por falta de competência dos órgãos envolvidos, pois deveriam ter o aval do Ibama nesse processo”, enfatizou Trein. Ele disse que a intenção “seria destinar a madeira para a Cohab”, já que há um convênio com o governo para o programa habitacional. “Podemos ver um atalho para destinar a madeira para a prefeitura de Paineira. Vou estudar o assunto”, assinalou. Participaram da reunião o prefeito de Paineira, José Belizário Andrade, o presidente da Câmara de Vereadores do município, Antônio Hercílio Andrade, o engenheiro florestal Nilton Schneider e representantes da Fatma e do Planalto Serrano. (CA)

Sessão avalia rumos da reforma agrária

(foto Solan Soares)

Sheila Dziedzic

Mudanças na natureza do Estado, no foco da produção agrícola hoje voltada ao agronegócio de exportação e na política econômica, são os principais pontos para que a reforma agrária possa andar a passos mais rápidos. A opinião foi manifestada por João Pedro Stédile, coordenador nacional do MST (Movimento dos Sem-terra), durante sessão especial realizada na manhã do dia 7, a pedido das lideranças das bancadas, para discutir o momento atual e perspectivas da reforma agrária. Estiveram presentes os deputados Afrânio Bopp (PT), Paulo Eccel (PT), João Henrique Blasi (PMDB), Wilson Vieira – Dentinho (PT) e Onofre Agostini (PFL).

Stédile disse que não se trata apenas da boa vontade do presidente Lula ou dos ministros. Para ele, as causas do imobilismo estão alicerçadas primeiro no modelo do Estado brasileiro, que é organizado pela burguesia para continuar a defender seus privilégios. “Esta é uma situação onde 1% da população possui tudo e 99% vi-

vem sem nada, e muitos em situação de extrema pobreza. Mesmo um governo dito popular, como o de Lula, não tem força suficiente para mudar.”

A disputa ideológica que determina como modelo econômico o agronegócio para exportação é o segundo ponto de mudança para que a reforma agrária venha a se desenvolver. O modelo atual, na visão de Stédile, baseia-se em grandes fazendas modernas dedicadas à monocultura, não empregam mão-de-obra, usam técnicas que agredem o meio ambiente e expulsam o homem do campo. Já a reforma agrária e a agricultura familiar são caracterizadas pela pequena propriedade rural, produção de alimentos para mercado interno, priorizando o trabalho e técnicas que respeitam o meio ambiente, além de fixarem o homem no campo.



Stédile: questão vai além de boa vontade do governo

Outra situação determinante para que a reforma agrária permaneça lenta, segundo ele, é a política econômica do governo Lula, “uma continuidade da adotada pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso”.

Encaminhamentos

O deputado Paulo Eccel (PT) informou que vai apresentar aos líderes das bancadas todas as solicitações feitas e encaminhar ao governo do Estado, OAB e Câmara dos Deputados cópia de vídeo que foi apresentado durante a sessão. O vídeo contém matéria veiculada pela imprensa e mostra o treinamento de cães para combater o narcotráfico. Nele, um oficial da PM diz que o treinamento é realizado para combater o tráfico de drogas e também o MST.

“Estamos aqui discutindo um momento importante e de conscientização do país. Queremos estudar e ver como vão os andamentos da reforma agrária. Vamos enviar o vídeo ao governo e pedir explicações sobre o ocorrido”, disse o líder do PT. Oscar Juvêncio Borges, representante da OAB, disse que a instituição está sempre ao lado do povo. “O nosso papel é integrar forças e combater a miséria social”, afirmou. Já o deputado Wilson Vieira – Dentinho (PT) salientou que a reforma agrária resolverá muitos problemas sociais no país com a falta de emprego, falta de terra e de moradia e a fome. “A reforma é a solução de muitos problemas sociais. Vamos lutar para isso.”

Presente à sessão, o deputado Afrânio Bopp (PT) ressaltou a importância de se aprofundar o assunto e a necessidade de encontrar uma solução para que a reforma agrária beneficie as comunidades humildes e não apenas os ricos. (GMP/TM)

Embargo de derrubada de árvores será solicitado

(fotos Eduardo Guedes de Oliveira)

Magda Audrey Pamplona

Em audiência pública realizada na noite do dia 11, ficou decidido que serão solicitados o embargo do corte das árvores e uma prestação de contas sobre a venda da madeira do Parque do Rio Vermelho, situado entre o norte e o leste da Ilha de Santa Catarina. Além disso, será pedida a divulgação do prazo previsto para o término da elaboração do memorial descritivo da área e a inclusão das localidades de Ponta das Aranhas, da nascente do Rio Vermelho, do Canto das Areias e as dunas da praia do Santinho dentro dos limites do Parque.

O encontro reuniu representantes da comunidade local nas dependências do Parque e foi requerido e conduzido pelo deputado Afrânio Boppré (PT), presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Os pinus foram plantados na região na década de 60 e, da forma

como estão sendo derrubados, o restante da vegetação nativa que ainda há no lugar está sendo destruído, conforme explicaram moradores.

A demora do governo estadual para definir em qual das categorias de preservação o parque está enquadrado, também foi abordado. De acordo com o SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), criado pela Lei Federal nº 9.985, de 2000, o prazo para os estados classificarem suas áreas de preservação encerrou-se em 2002. Só depois deste procedimento é que pode ser elaborado um Plano de Manejo, conforme a lei, para determinar qual a área que será desmatada e como será feito o reflorestamento. Porém, mesmo sem o plano de manejo, os pinus estão sendo derrubados.

Uma cópia do contrato que permite a exploração da área pela empresa Compensados Indupinho, do município catarinense de Otacílio Costa, foi entregue



Boppré (ao microfone), leu cláusulas do contrato do governo com a empresa que explora a madeira

pelo deputado Afrânio Boppré ao presidente da Amorv (Associação de Moradores do Rio Vermelho), César Ismar da Silva Schenini. Duas cláusulas, lidas pelo deputado, determinam a presença de um fiscal da Cidasc (Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina) para acompanhar a derrubada das árvores, e o custo unitário da árvore, que é de R\$ 35,55, a ser pago pela empresa que procede o corte.

“Os funcionários que estão derrubando os pinus não têm preparo técnico. Eles simplesmente passam a motosserra e os pinus caem por cima da vegetação nativa que ainda resta”, explicou o presidente da Amorv. Alexandre Lemos, morador da Barra da Lagoa - região do entorno do parque -, afirmou que não há nenhum funcionário da Cidasc fiscalizando a ação da empresa.

Classificação

Em outubro de 2003, foi formada uma Comissão de técnicos da Fatma (Fundação do Meio Ambiente), Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina), Polícia Ambiental e outros órgãos para fazer um estudo sobre a área. “Entre os objetivos da Comissão estavam definir os limites do parque, determinar os problemas de sinalização da área e também estudar a questão da retirada dos pinus”, explicou José Antônio Cardoso Farias, coordenador do Projeto de Recursos Florestais da Epagri, e integrante da Comissão. “Chegamos à conclusão de que a área deveria ser classificada como um Parque Estadual”, completou.

A conclusão foi encaminhada ao governo do Estado. Entretanto, o decreto de criação do parque estadual só pode ser assinado depois que o memorial descritivo da área estiver pronto. “O levantamento fundiário, até para que se saiba se há propriedades ou posseiros na área, está em fase de conclusão”, contou Ana Cimardi, diretora de Estudos Ambientais da Fatma/SC, lendo um ofício de janeiro deste ano, assinado pelo secretário de Estado da Agricultura e Política Rural, Moacir Sopelsa. “Como se autoriza o corte de árvores se não há o memorial descritivo?”, questionou Boppré, lembrando que a autorização foi dada pela Cidasc.

A ausência de representantes da Secretaria Estadual da Agricultura e Política Rural, que coordenou os trabalhos da Comissão, e da Cidasc, responsável por administrar o Parque do Rio Vermelho, foi criticada pelos presentes. “Infelizmente, mais uma vez, numa audiência pública, quem realmente decide não veio. A comunidade quer respostas e quem pode dar as respostas não comparece”, reclamou o presidente da Amorv, César Schenini. Uma nova audiência pública para discutir o assunto deverá ser realizada daqui a 30 dias.

Estavam presentes o segundo-tenente Marledo Costa, representando a Polícia Ambiental, Francisco Rzatic, superintendente da Floram (Fundação Municipal do Meio Ambiente), o ex-vereador Oscar Conceição, representando o presidente da Comissão do Meio Ambiente da Câmara de Vereadores da capital, João Batista Nunes (PFL), um representante do deputado Celestino Secco (PP) e integrantes de associações e entidades comunitárias.



Moradores querem memorial descritivo pronto e agregação de áreas ao Parque



Derrubada dos pinus está fora de especificações técnicas, prejudicando o que resta da mata nativa

Duplicação depende de pedágio

Enquanto não forem instalados o sistema de balanças para pesagem de veículo e as praças de pedágio no trecho já duplicado da BR-101, entre Curitiba e Florianópolis, não será assinado o contrato de empréstimo junto ao BID (Banco Internacional de Desenvolvimento) para as obras de duplicação. A conclusão foi manifestada pelo deputado Nilson Gonçalves (PSDB) da tribuna, na tarde de quarta-feira (13), e baseou-se na leitura de matéria veiculada em jornal de circulação estadual com o título "BID pode adiar assinatura de contrato da BR-101".

As obras só vão deslançar, afirmou, quando forem liberados os 2 bilhões de dólares do BID, e para que isso aconteça será necessário cumprir as exigências da instituição. Gonçalves defende a instalação de pedágio com "bom senso". "Não a roubalheira que fizeram no Paraná, isso nós não queremos".

Em aparte, o deputado Onofre Agostini (PFL) ressaltou que o "roubo" não acontece só no Paraná, mas também no Rio Grande do Sul. Ele relatou que, de Vacaria até Caxias do Sul, são quatro praças de pedágio, que custam um total de R\$ 16 a cada veículo de passeio.

Desapropriação - Na sessão plenária do dia anterior, o tucano criticou a desapropriação de terras prevista nos municípios de Araquari e Joinville, no norte do Estado, para abrigar índios guarani. "Os representantes dos agricultores iam entregar um manifesto ao presidente Lula, no dia 8, pedindo o adiamento em 180 dias da decisão de desapropriação", relatou. O presidente Lula não compareceu à visita a São Francisco do Sul, em função da viagem à Itália para o velório do papa João Paulo II. Em



Gonçalves: pedágio deve respeitar bom senso

seu lugar, viajou o vice-presidente, José de Alencar (PL). Porém, o deputado não soube dizer se o manifesto foi entregue ou não a Alencar. (MAP/MOR)

Atingidos por barragem

Presidente da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, o deputado Nilson Gonçalves (PSDB), quer a realização de outra audiência pública para discutir a "situação de inferioridade com que estão sendo tratados os agricultores", atingidos pela construção de barragem. Não é admissível, salientou, a forma violenta e arbitrária com que a PM lidou com as pessoas proprietárias de terras no local. "Os agricultores estão tendo as terras tiradas das suas mãos sem que possam se defender", ponderou Gonçalves em plenário. Ele informou que as indenizações estão calculadas em 15% ou 20% do valor real.

Em aparte, o deputado Reno Caramori (PP), presidente da Comissão de Agricultura, informou que solicitou a sua assessoria urgência em marcar a data para a realização da audiência pública. Disse ainda, que foi comunicado de que a Fátma está fazendo um levantamento, por determinação judicial, para saber quais as propriedades com problemas e que ainda não foram contatadas. (MOR)

Sorgato anuncia suas metas

Assumindo a cadeira de deputado estadual pela quarta vez, o terceiro suplente do PMDB, deputado Gelson Sorgato, foi convidado pelo vice-presidente da Casa, Herneus de Nadal (PMDB), que presidia a sessão de terça-feira (12), para fazer da tribuna o juramento constitucional.

Sorgato ocupou o lugar deixado



Peemedebista vai trabalhar pela agricultura

pelo deputado Mauro Mariani (PMDB), que assumiu a Secretaria Estadual de Infra-estrutura. Seu principal objetivo é atuar em defesa dos agricultores familiares e do crescimento da atividade econômica do Oeste, com atenções permanentes à classe empresarial. "Gostaria de parabenizar o trabalho que vocês vêm desenvolvendo e dizer que estou realizado por fazer parte desse grupo. É com muito prazer que volto à Casa e prometo trabalhar para que a sociedade seja atendida, e as regiões possam ter apoio

para se desenvolver", afirmou. Os parlamentares, conforme salientou, levam para a tribuna assuntos de extrema importância para a discussão.

Dando boas-vindas a Sorgato, em aparte, o deputado Joares Ponticelli (PP) disse que, apesar de ser oposição, aprendeu a admirar o trabalho do colega. O peemedebista agradeceu comentando que junto com a bancada do PMDB e todos os demais deputados pretende trabalhar para que as leis sejam cumpridas e pelo crescimento do Estado. (DAB/TM)

Deputados avaliam governo federal

Os 25 anos de criação do Partido dos Trabalhadores e as conquistas alcançadas ao longo dos últimos meses pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva foram exaltados pela deputada petista Ana Paula Lima, na sessão plenária de quarta-feira (13).

Ana Paula disse que o Brasil está vivendo um momento histórico, desde que o presidente Lula comunicou à sociedade, no final de março, que o Brasil não vai mais renovar seu contrato com o FMI (Fundo Monetário Internacional). "C significado desta decisão representa a solidez econômica obtida durante a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, tanto que hoje não precisamos mais de nenhum empréstimo ou garantia do FMI. Estamos com a casa em ordem", afirmou.

A parlamentar destacou que em dois anos de gestão do governo Lula o país conquistou um desenvolvimento constante da economia, já que passou do 15º para o 12º lugar no ranking global com o PIB de R\$ 1 trilhão e 769 bilhões, em 2004, constatando o melhor resultado desde 1994. "Além disso, a indústria nacional cresceu em média 3% no primeiro trimestre, contrariando as pre-



Deputada comemorou fim do contrato com FMI

visões pessimistas para 2005. A taxa de investimentos no país, em 2004, alcançou 19,6% do PIB, a melhor desde 1998, com clara e irrevogável tendência de crescimento para os próximos anos", argumentou.

Segundo ela, o Brasil ainda registrou um crescimento de 32% nas exportações em 2004, uma das maiores altas dos últimos 10 anos. "Nos últimos 12 meses, ultrapassamos os 100 bilhões de dólares e em 2006 dobraremos as exportações em relação ao governo Fernando Henrique Cardoso. Este cenário possibilitou a criação de 2,2 milhões de novos postos de tra-

balho, em 2003 e 2004", explicou.

Goetten - Ancorado em matérias públicas por diversos veículos de comunicação do país, entre eles, as revistas *Veja*, *Isto É* e *Época*, o pefelista Nelson Goetten, disse que "o discurso da deputada Ana Paula de Lima (PT) sobre o governo Lula deixa a desejar, pois ela afirma que 'o PT fez o que a liderança anterior não teria feito', e encerra seu pronunciamento deixando a impressão de que não resta mais nada a fazer". Afirmou ainda, ser "lamentável ouvir esse discurso, sabendo

que a realidade é outra, pois o governo Lula vem cometendo inúmeros erros, entre eles a arrecadação de dinheiro através de impostos para serem repassados aos banqueiros e a falta de um plano que colabore com os agricultores".

A deputada Ana Paula Lima (PT) respondeu dizendo que não ficou ofendida com as palavras do deputado e afirmou: "O governo do PT enfrenta esses problemas porque a oposição acredita que ainda manda no país. Vocês não conseguem se ver fora do poder." Na réplica, Goetten encerrou seu pronunciamento reafirmando que o atual governo federal "está envergonhando o país". (TM)

Moção pede fim da tarifa básica na telefonia

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

O líder da bancada do PMDB, deputado Manoel Mota, apresentou, no dia 14, moção pedindo a aprovação do Projeto de Lei nº 5476/01, de autoria do deputado federal Marcelo Teixeira (PMDB/CE), que proíbe a cobrança da assinatura básica pelas empresas de telefonia fixa. O documento será encaminhado ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, aos ministros José Dirceu, da Casa Civil, e Aldo Rabelo, da Articulação Política, aos presidentes da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti (PP), e do Senado, Renan Calheiros (PMDB), além dos senadores e deputados catarinenses em Brasília.

De acordo com Mota, como a cobrança é regulada por lei federal, somente a proibição estabelecida por outra lei federal poderia acabar com a cobrança. "O governador Luiz Henrique da Silveira foi obrigado a vetar o que tramitou na Casa, também visando o fim da cobrança da taxa de assinatura nas tarifas de telefonia fixa. "O governador Luiz Henrique da Silveira foi obrigado a vetar o projeto de lei do deputado Paulo Eccel (PT), que proibia a cobrança, pois as empresas de telefonia fariam a contestação judicial da lei, já que se trata de cobrança regulada por lei federal, conforme a Constituição Federal", explicou o parlamentar, salientando que "LHS não se prestaria a uma ação de efeito demagógico e que em nada beneficiaria a população ca-



Galerias lotadas no dia 7, quando da apreciação do projeto cujo veto foi mantido

tarinense, já que não se transformaria em qualquer resultado prático".

Mota solicitou aos demais parlamentares, em especial ao líder da bancada petista, Paulo Eccel, que se alinhem à iniciativa no encaminhamento da moção. Eccel pediu um aparte e usou a lei de espera dos bancos - que limita o tempo de demora para o cliente ser atendido -, como exemplo para demonstrar, segundo ele, que "ao

se ter vontade política, consegue-se mudar o que não está sendo benéfico para a sociedade".

"Hoje os bancos cumprem a lei, contrataram mais pessoas para atender nos caixas, etc. Constitucionalidade é garantir os direitos do consumidor", afirmou o parlamentar, que solicitou a Manoel Mota que a moção também seja entregue ao ministro das Telecomunicações, Eunício de

Oliveira (PMDB), e também que o assunto se estenda à telefonia móvel. "Na próxima semana irei à Anatel (Agência Nacional de Telefonia) informá-los sobre o que está ocorrendo em Santa Catarina e entregar o abaixo-assinado que contém 100 mil assinaturas, solicitando o fim da cobrança."

Favorável - O líder do governo, João Henrique Blasi (PMDB), também manifestou-se favorável à moção de apoio ao Projeto de Lei nº 5.476/01, de autoria do deputado cearense Marcelo Teixeira. Ele lembrou a Eccel que o projeto era inconstitucional. "Não podemos deliberar sobre uma matéria que deve ser decidida pelo Congresso Nacional. Essa também foi a argumentação no governo anterior, relativa ao projeto do deputado Altair Guidi (sem partido), com mesmo teor e que também foi vetado. "Faço coro à moção ao projeto de Teixeira, já que o fórum específico para derrubar a cobrança da tarifa de assinatura básica da telefonia é o Congresso Nacional", explicou.

O deputado Dionei Walter da Silva (PT) afirmou que "essa cobrança abusiva que o governo do Estado não permitiu que fosse vedada dá margem ao enriquecimento ilícito". Vanio dos Santos (PT) e Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) acusaram o governo estadual de não ter aprovado a matéria por não querer perder a parte que lhe cabe, através do ICMS cobrado sobre o valor da assinatura. (TK/CA)

Tubarão mobiliza-se contra aumento de taxas

Entidades de classe de Tubarão lançaram no dia 11, a campanha publicitária "Diga Não ao Tarifaço", contra o aumento de encargos de serviços públicos. A campanha está sendo promovida pelo Sindicont (Sindicato dos Contabilistas), Ampe (Associação das Micro e Pequenas Empresas/Tubarão), Associação dos Profissionais de Imprensa de Tubarão e Associação das Donas de Casa e Consumidores, apoiados pela Amurel (Associação dos Municípios da Região de Laguna) e foi anunciada pelo líder do PP, deputado Joares Ponticelli.



Ponticelli: "Vamos revogar esse tarifaço"

No dia 5 de abril, a bancada do PP ingressou com duas ações a fim de impedir o aumento dessas taxas, batizado pelos progressistas de "tarifaço". Os parlamentares encaminharam ao Tribunal de Justiça uma Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade), pedindo a

derrubada dessa cobrança, através de uma liminar. Também protocolaram projeto para revogar a Lei nº 13.248, de 29 de dezembro de 2004, que aumentou as taxas. Segundo o líder do PP, Joares Ponticelli, toda lei que abranja tributos ou impostos para o governo é obrigada a ser publicada no *Diário Oficial do Estado* no ano anterior ao que começar a vigorar. A Lei nº 13.248/04 só foi publicada no DO em 12 de janeiro deste ano. "A segunda via de uma carteira de identidade, que antes custava R\$ 4, agora sai por R\$ 18", exemplificou. As entidades de Tubarão também vão convocar a população para participar de um abaixo-assinado contra o "tarifaço" e pressionar a Assembléia a revogar a lei. (MAP)

Fundo Social volta às discussões

A decisão do Tribunal de Justiça do Estado sobre a Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) impetrada pelo diretório estadual do PT questionando a Lei nº 13.334/05, que criou o Fundo Social, foi a tônica do discurso do deputado Afrânio Boppré (PT) na terça-feira (12) "A decisão da Justiça, na semana passada, apontou várias irregularidades no Fundo Social", disse Boppré. "O governo vai ter que editar pela terceira vez este projeto", acrescentou.

Ele lembrou que durante a convocação extraordinária, no início do ano, a oposição já insistia sobre a inconstitucionalidade do Fundo Social. "A Assembléia diz que o Fundo é inconstitucional e o governo simplesmente ignora isso", declarou. O deputado apontou ainda a contradição dos deputados governistas e do governo. "O governo avocou a Constituição Federal para derrubar o projeto que pedia o fim da cobrança da tarifa básica de telefonia", disse Boppré.



Para Boppré, governo é contraditório

O deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), em aparte, disse que os empresários que querem aderir ao Fundo "devem pensar bem, para não terem que pagar duas vezes o que devem", com a constatação da inconstitucionalidade da lei. (MAP)

Goetten aponta "falsos discursos"

Local onde os deputados manifestam a voz do povo em busca de soluções para problemas encontrados nos municípios e na construção de um Estado melhor, a tribuna localizada no Plenário da Alesc é usada pelos parlamentares para manifestarem-se sobre os problemas enfrentados pelas diversas regiões de Santa Catarina. Com base nisso, o deputado Nelson Goetten (PFL) ocupou a tribuna na tarde de terça-feira (12) para falar da importância dos assuntos abordados em Plenário. Entre um discurso e outro, salientou, pode-se observar claramente as dificuldades que o Estado vem enfren-



Pefelista acusou governo de gastar demais

tando. Deve-se procurar encontrar formas de resolvê-las. "Estamos aqui para, juntos, lutar por um Estado vitorioso", salientou.

Para ele, ouvir esses

pronunciamentos é dever dos parlamentares com a sociedade. "Mas ouvir e ver o que o governo vem fazendo com a imprensa é muito difícil. É uma vergonha a fortuna que o governo está gastando com a comunicação". Goetten lamentou que o Estado tenha chegado ao ponto "de transformar discursos falsos em notícias levadas diretamente à população".

Ele apontou, como exemplo, a senadora Ideli Salvatti (PT). "Ela mantinha um discurso contra os corruptos e hoje os defende.

Era uma postura falsa, tudo cena, teatro para chegar ao poder. Igual ao discurso que o governo do Estado fez e vem fazendo para chegar e se manter no poder", acusou. (TM)

PT critica governo

Ao comentar a repercussão dos vetos apreciados na sessão plenária do dia 5, o deputado petista Dionei Walter da Silva fez várias críticas ao governador Luiz Henrique da Silveira. Durante as discussões sobre os vetos, lembrou, a bancada governista argumentou que vários deles decorreram de inconstitucionalidades.

"O projeto do deputado Francisco de Assis (PT), sobre carros movidos a gás natural, prevê a redução do IPVA e o incentivo ao consumo desse tipo de combustível. O governo alegou que é necessário acabar com a guerra fiscal. O projeto de Paulo Eccel, que vedava a cobrança das tarifas de assinatura básica pelas concessionárias de telefonia, foi considerado inconstitucional. A questão é que o governo quer fazer valer sua vontade e, para isso, usa desculpas esfarrapadas que aca-

bam servindo de argumento", avaliou, referindo-se aos projetos vetados pelo governo.

Em aparte, o deputado Paulo Eccel (PT) anunciou que vai protocolar o projeto da telefonia novamente. "Perdemos uma batalha, mas não a guerra. Até a imprensa, principalmente a do interior, acabou publicando o parecer da Procuradoria Geral do Estado, o que é lamentável. Isso mostra que o governo vem calando a imprensa do Estado. Vem usando o poder da máquina para calar a imprensa do interior, que está amordaçada", afirmou. Dionei completou a manifestação de Eccel, comentando que os recursos da comunicação devem estar sendo desviados para esses jornais.



Dionei diz que vetos não têm base

Submissa – O líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), em resposta às acusações de amordamento da imprensa do interior do Estado, disse não acreditar que a mídia seja tão submissa assim. "Vou usar as mesmas palavras que o deputado Eccel usou: a imprensa do interior está amordaçada. Será que ela é tão submissa? A afirmação é grave." (TK/DAB)

Blasi propõe intercâmbio

O líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), propôs que estudantes de Direito das diversas faculdades catarinenses sejam contemplados com uma espécie de intercâmbio com o Legislativo estadual.

"É interessante que estes estudantes tenham acesso ao Poder Legislativo e que

também participem da Comissão de Constituição e Justiça, que contribuirão muito para a sua formação", argumentou, com a aprovação dos estudantes da Univali presentes nas galerias na tarde de terça-feira (12).

O deputado Joares Ponticelli, líder do PP, con-

cordou com Blasi e sugeriu que na próxima reunião de líderes o assunto seja levado até o presidente, deputado Julio Garcia (PFL). "Cursei Direito na Unisul de Tubarão e presenciei a dificuldade de entendimento dos processos do Legislativo que meus colegas têm", comentou o progressista. (DAB)

Requerimentos

Em 16/03

- Requerimento assinado pelo deputado Djalma Berger (PSDB) e outros, requer que seja submetido à apreciação do Plenário o parecer contrário da Comissão de Justiça, ao PL nº 466/04, que dispõe sobre a colocação de câmeras de filmagem em postos de gasolina.

- De autoria do deputado Antônio Aguiar (PFL), foi remetido expediente ao secretário da Saúde, solicitando recursos para melhorias e aquisição de materiais de consumo e medicamentos para os hospitais São Sebastião, de Papanduva, São Lucas, de Major Vieira, Padre Clemente Kampmann, de Monte Castelo, e Municipal Bom Jesus, de Irineópolis.

Em 17/03

- O deputado Joares Ponticelli (PP) assina requerimento ao departamento de Ouvidoria da TIM Sul S/A, solicitando torre de telefonia celular em São Martinho e em Treze de Maio.

- De autoria da deputada Ana Paula Lima (PT), foi remetido expediente ao governador e à Casan, solicitando a execução do projeto de captação de água na localidade de Lajeado Grande, em Pouso Redondo.

Em 22/03

- Requerimento de autoria do deputado Joares Ponticelli (PP) ao presidente da Casan e ao secretário do Desenvolvimento Regional de Tubarão, solicitando a continuação das obras de encanamento de água entre os bairros Guarda e Rio do Pouso, em Tubarão.

Em 30/03

- De autoria do deputado Antônio Aguiar (PFL), foi remetido expediente ao secretário da Saúde, solicitando instalação de uma Junta Médica em Canoinhas.

Em 05/04

- O deputado Onofre Agostini (PFL) assina requerimento remetido ao Ministério da Educação e à bancada catarinense no Congresso Nacional, solicitando a unificação dos dias em que se realizam vestibulares nas universidades federais do país.

Em 06/04

- Requerimentos de autoria do deputado Rogério Mendonça – Peninha (PMDB) à Brasil Telecom, solicitam a instalação de redes telefônicas no distrito de Idamar, em Dionísio Cerqueira, na localidade de Taiozinho, em Rio do Campo, e em Rio Pedrinha, em Leoberto Leal.

Em 11/04

- De autoria da deputada Ana Paula Lima (PT), foi remetido expediente ao governador do Estado, solicitando a construção de uma nova ponte em Gaspar.

- O deputado Cesar Souza (PFL) requereu o envio de expediente ao coordenador da 16ª UNIT/DNIT, solicitando a manutenção do sistema elétrico das pontes sobre o rio Tijucas, no município de Tijucas.

Em 11/04

- O deputado Onofre Agostini (PFL) solicitou ao Deinfra a recuperação da SC-439, que liga Rio Rufino a Urupema.

- Expedientes de autoria do deputado Joares Ponticelli (PP) foram remetidos às empresas Claro, TIM Sul e Vivo, solicitando a instalação de torre de telefonia celular em São Domingos e Vargeão.

- De autoria do deputado Genésio Goulart (PMDB), foi remetido expediente à direção da Tractebel, em Florianópolis, solicitando projeto para canalização das águas utilizadas pela Termelétrica Jorge Lacerda.

- Requerimento assinado pelo deputado José Paulo Serafim (PT) e outros, requer a constituição de Fórum Permanente, visando resolver os problemas relativos à dragagem e abertura da Barra do Camacho, em Jaguaruna.

Em 12/04

- O deputado Antônio Aguiar (PFL) solicitou ao governador e ao secretário da Saúde a aquisição de aparelhos, de instrumentos e de materiais relativos à saúde, para ativar sala de emergência em Irineópolis; um posto de saúde no bairro Massaneiro, em Timbó Grande, e outro na comunidade de Rio Novo, em Major Vieira. Outro requerimento de sua autoria, endereçado ao Ministério da Previdência Social, solicita um posto de atendimento do INSS no mesmo município.

Goulart elogia governo

A visita do governador em exercício, Eduardo Pinho Moreira, ao município de Laguna, na quarta-feira (13), levando recursos para a região da Amurel (Associação dos Municípios da Região de Laguna), foi a tônica do pronunciamento do deputado Genésio Goulart (PMDB), na sessão ordinária de quinta-feira (14). O parlamentar anunciou que, além da inauguração de uma escola, foram repassados recursos na ordem de R\$ 130 mil



Deputado Genésio Goulart



Deputado Celestino Secco

para o Hospital Senhor Bom Jesus dos Passos daquele município, que enfrenta dificuldades financeiras.

Goulart informou que, pela exposição de relato através da 29ª Secretaria de Desenvolvimento Regional, a população da região pôde saber que mais de R\$ 14 milhões foram investidos em educação em cerca de 25 municípios, em pouco mais de dois anos do governo Luiz Henrique/ Eduardo Moreira. "Na oportunidade, também

foi assinada a Ordem de Serviço, no valor de R\$ 2,87 milhões, para a construção do sambódromo".

Ele citou ainda que o Hospital Nossa Senhora da Conceição, de Tubarão, foi contemplado com mais de R\$ 1 milhão, pelo atual governo, e enfatizou que mais de R\$ 2 milhões já foram repassados para a Amurel.

Robato - Frente às afirmações de Goulart, de que o atual governo

pagou R\$ 18 milhões de AIHs (Autorizações de Internação Hospitalar), o deputado progressista Celestino Secco foi à tribuna rebater a informação. Ele disse que o governo passado, do qual fez parte, pagou R\$ 56 milhões em AIHs. Secco informou ainda que, com relação ao repasse de recursos para o Hospital Nossa Senhora da Conceição,

"pode ter sido a primeira vez deste governo, pois no governo anterior também foram transferidos recursos para a entidade". Por sua vez, Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) falou que "parece que quem está no governo abomina receber dívidas, mas não abomina deixar dívidas". Ele ressaltou que irá acompanhar o que vai restar para a próxima administração. "Com certeza vai sobrar". (CA/MOR)

Pesca será fiscalizada

O secretário Nacional da Pesca, José Fritsch, vai mandar investigar os municípios de Barra Velha, Penha, Imauí, Laguna e Imbituba. "O lançamento nacional do cadastramento das carteirinhas de pesca, no próximo dia 26, vai facilitar a identificação dos verdadeiros pescadores", informou o deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT), em Plenário. Devido aos problemas enfrentados pelos pescadores de Balneário Barra do Sul, norte do Estado, relacionados à corrupção na cobrança de impostos sindicais, o parlamentar solicitou que o secretário nacional da Pesca, José Fritsch,

fiscalize de perto a cobrança desses impostos para que a corrupção tenha fim. Segundo Dentinho, cerca de 150 pescadores da região estão sendo desrespeitados, pois muitas pessoas estão adquirindo a carteirinha de pesca, alegando, falsamente, viver da profissão.

Lixo tóxico - Dentinho aproveitou para pedir à Comissão de Turismo e Meio Ambiente que tome providências a respeito de denúncia ambiental em Joinville. "Recebemos documento que confirma a autorização para serem removidas 12 mil toneladas de resíduos da cidade de São Paulo para Joinville", explicou. (TM)



Dentinho anunciou fiscalização

Capital é eleita a mais dinâmica

Em matéria que trata do desenvolvimento e progresso das cidades brasileiras, a edição de fevereiro da revista Gazeta Mercantil aponta Florianópolis como a cidade mais dinâmica do país. Para o deputado Sérgio Godinho (PTB), que trouxe o assunto ao Plenário na quarta-feira (13), esse resultado mostra o quanto a capital do

Estado é pujante.

A reportagem com análise feita em 300 municípios do Brasil, além de classificar Florianópolis acima da média nacional em desenvolvimento humano, destaca outros 15 municípios em Santa Catarina. O parlamentar acredita que o processo de descentralização do governo, implantado pelo Executivo, irá permitir o desenvolvimento em inúmeros

municípios.

Godinho entende que o caminho do progresso é feito por este mecanismo, que possibilita aos municípios resolverem seus problemas com maior rapidez. Ao finalizar, o deputado elogiou o trabalho feito pela revista, parabenizou todos os florianopolitanos e disse sentir orgulho de ser catarinense, de pertencer a um Estado com reconhecimento nacional. (MOR)

DOS GABINETES

Saúde do professor

O deputado Dionei Walter da Silva (PT) apresentou, em conjunto com o deputado Francisco de Assis (PT), projeto que cria o Programa Estadual de Saúde Vocal para o professor da rede estadual de ensino. Protocolado em plena Semana Nacional da Voz, o projeto instituirá, caso seja aprovado e sancionado pelo governo, um programa destinado a prevenir doenças que provoquem alterações de voz (disfonias) em professores, estabelecendo assistência preventiva na rede pública de saúde.

O Programa estabelece a realização de, no mínimo, dois cursos teórico-práticos por ano, para orientar os professores sobre o uso adequado da voz. Apesar de seu caráter fundamentalmente preventivo, assegura tratamento fonoaudiológico e médico ao professor que necessite. Conforme o deputado Dionei, que já foi professor, a incidência de disfonias entre os professores é tão comum quanto as lesões por esforços repetitivos nos trabalhadores de fábricas. "A disфония é uma consequência comum do uso permanente da voz e leva à necessidade de tratamento médico e fonoaudiológico, obrigando até ao afastamento do professor. É mais um problema enfrentado pelos nossos professores, que já convivem com o estresse, com a falta de estrutura nas escolas e os baixos salários", diz. (LC)

Redução de IPVA

O projeto que prevê a redução da alíquota do IPVA de 2% para 1% para carros movidos a gás natural foi reapresentado no dia 13, pelo deputado Francisco de Assis (PT). Apesar da votação favorável à rejeição do veto, com 18 votos contra 12, realizada no dia 6, a proposta se mantém inalterada, pois era necessária votação da maioria absoluta, 21 votos, como prevê o Regimento Interno da Casa.

Tratando-se de uma matéria pertinente a diversas áreas, Assis não se convenceu das argumentações do Executivo e reapresentou o projeto. "Não posso deixar que o governo anule uma proposta que vai ao encontro de proporcionar um ambiente com menos poluição, além de contribuir para a geração de emprego e renda", enfatiza Assis.

Os pareceres da Procuradoria Geral do Estado e da Secretaria da Fazenda alegam que a matéria é inconstitucional. Contudo, há que se ressaltar que os dois estados mais desenvolvidos da Nação, Rio de Janeiro e São Paulo, já adotam esta diferenciação para os veículos convertidos a gás. "Se nestes estados é possível, Santa Catarina também pode aderir à nova lei", ressaltava Assis. "Queremos ajudar o governo, ao contrário da lógica colocada por eles. Inclusive o presidente da SC Gás, Otair Becker, acompanha o processo e entregou parecer favorável."

No relatório que Becker enviou à Comissão de Constituição e Justiça, a assessoria jurídica da SC Gás diverge da resposta enviada pelo governo do Estado. No documento, consta que "não há qualquer razão para que o combustível do veículo não possa ser critério diferenciador da alíquota de aplicação do imposto". Ele questionou ainda a falta de coerência do Fisco Estadual se o IPVA cobrado das aeronaves é de 0,5% ao ano. (ET)

AL COMUNIDADE

Aqüífero Guarani

Fórum das Águas vai ao Meio-oeste

Carlos Agne

Os municípios de Videira e Caçador, no Meio-oeste, discutiram nos dias 7 e 8, ações para a preservação da Bacia do Rio Uruguai e do Aqüífero Guarani. Os seminários foram promovidos pelo Fórum Parlamentar das Águas, presidido pelo deputado Pedro Baldissera (PT). Os dois últimos seminários deste ciclo, acontecem em São Lorenzo do Oeste (14) e Maravilha (15).

O Aqüífero Guarani, conjunto de rochas armazenadoras de água com cerca de 1,2 milhão de quilômetros quadrados - área equivalente aos territórios somados da França, Espanha e Inglaterra -, representa a principal reserva subterrânea de água doce da América do Sul, sendo que cerca de 71% de sua área encontram-se em território brasileiro.

Em Videira, no dia 7, mais de 400 pessoas participaram das palestras e oficinas. Estiveram presentes o secretário executivo do Programa de Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Uruguai em Santa Catarina, o geólogo do Deintra, Vítor Hugo Froner Bicca, o gerente regional da Epagri no município de Videira, Jean Pierre Rosier, o gerente regional da Casan, José Alcides Branco, o vice-reitor da Unoesc, Antônio Carlos de Souza, o assistente do diretor de Comunicação da Itaipu Binacional, El-



Flagrante de ocupação indevida e poluição no Rio das Pedras, em Videira: óleo direto na água

sídio Emílio Cavalcanti e técnicos da Fatma, o secretário de Desenvolvimento Regional, Valdir Ruschell, além de educadores e lideranças locais.

"Atualmente, as iniciativas governamentais não são suficientes para evitar a exploração irracional e a contaminação, provocadas principalmente pelo uso inadequado e pelo acúmulo de dejetos nas fontes de recarga, como é o caso de parte da Bacia do Rio Uruguai. Por isso, é nosso dever buscar mecanismos eficazes para a preservação dos mananciais subterrâneos, de modo que se possa fazer a exploração racional dos recursos hídricos", observou Baldissera. Dois projetos de sua

autoria, um que trata de recursos hídricos e outro que envolve o saneamento básico, estão em tramitação na Assembleia. O deputado convidou os presentes para as audiências públicas que serão realizadas para debater as propostas.

Na conclusão da primeira etapa dos trabalhos, a coordenação local brindou os participantes com a apresentação do grupo de teatro Amorarte, com a participação das crianças do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), do bairro Amarante, com o espetáculo de fantoches numa verdadeira aula de conscientização para a preservação da natureza, com o tema "Para evoluir não é preciso destruir".

Ações

"Dos 47 mil quilômetros cúbicos de volume de água, 12.500 são para consumo e disponibilidade. Desses, apenas 3.500 quilômetros cúbicos estão armazenados em represas e 6.500 são destinados ao consumo humano", informou Vítor Hugo Bicca, painelistas nos dois encontros.

Segundo a OMS (Organização Mundial de Saúde), bastam 50 litros/dia por pessoa, para o uso doméstico. No Brasil essa média atinge 200 litros/dia. "O grande desafio se coloca dentro de três grandes temas: o que representa o uso da água pelo cidadão, se é por necessidade ou direito, a questão ambiental que está devastada por agentes poluentes e a sua preservação", sintetizou. O Vale do Rio do Peixe, onde Videira está inserida, integra a Bacia do Rio Prata, e tem problemas quanto à falta de saneamento básico, situação dos lixões e aterros sanitários e às atividades ligadas à suinocultura. No Estado, ainda constam da lista a avicultura, rizicultura, erosão, assoreamento e drenagens, a mineração no sul do Estado e a metalurgia, no norte. No aspecto regional, Bicca confirmou que muita água superficial (retirada da superfície) está contaminada.



Mais de mil pessoas participaram do seminário em Caçador

O representante da Itaipu Binacional apresentou, também nos dois seminários, as ações que estão sendo desenvolvidas no lago de Itaipu, no Paraná, com o Projeto Cultivando Água Boa, megaproposta para ações conjun-

tas entre municípios, estados e federação junto com a sociedade, visando ao encaminhamento de mudanças estruturais que a nação exige. Durante toda a tarde, foram realizadas oficinas, envolvendo educadores e lideranças da região.

Comitê pode perder parte do rio do Peixe

Em Caçador, o seminário foi realizado na UnC (Universidade do Contestado), com a presença do presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural da Alesc, deputado Reno Caramori (PP), do prefeito Saulo Sperotto (PSDB), do secretário de Desenvolvimento Regional, Valdir Cobalchini, do representante da reitoria da UnC, Werner Bertoldi, prefeitos e vereadores dos municípios da região, secretários, estudantes, professores, integrantes da Polícia Ambiental e diversos segmentos da sociedade organizada regional. Cerca de mil pessoas lotaram o auditório da universidade.

Pela manhã, as atenções estiveram voltadas para a apresentação do diagnóstico e políticas para a conservação da Bacia do Rio do Peixe, pelo presidente do Comitê do Rio do Peixe e diretor da área de Saúde da Unoesc, Adgar Bitencourt, e pelo mestre em engenharia ambiental e professor da Unoesc de Joaçaba, Sady Zago. Ambos mostraram os trabalhos realizados pelo Comitê. O rio do Peixe tem 2% das águas da bacia do rio Uruguai, possuindo uma identidade própria dentro do território catarinense, mas que exige trabalho conjunto. "Precisamos trabalhar juntos. Vale ressaltar aos deputados que existe um projeto a ser apreciado pela Alesc, dando modernização e transparência para o uso da água", salientou.

Importância - A Bacia do Rio do Peixe possui uma área de 5.264 quilômetros quadrados, com uma extensão de 307 quilômetros, abrangendo 26 municípios e beneficiando cerca de 400 mil pessoas. "Quando a estiagem massacrava inúmeros municípios, os lindeiros do rio do Peixe não sofreram e 13 cidades tinham água em suas torneiras, enquanto seus vizinhos passavam por uma situação de desespero", lembrou Zago.

O Comitê foi fundado em 2001, quando uma expedição partiu de Caçador para conhecer o rio, e está enfrentando um grande problema causado, segundo eles, pela transferência da coordenação da Fatma. "A lei de recursos hídricos não permite desmembrar uma bacia hidrográfica. Não podemos permitir que parte do rio passe a pertencer à Bacia do Iguazu. Se for necessário, vamos apelar para a Justiça", sentenciaram os representantes.